

CONTEXTO DE DISCIPLINARIZAÇÃO INSTITUCIONALIZADA NA CULTURA ESCOLAR DO COLÉGIO MUNICIPAL PADRE GALVÃO (1970-1975)

Aluna: Rafaela da Silva Castro Barros UEPB

rafaelabarro26081996@gmail.com

Co-Autor: Flávio Carreiro Santana UEPB

flacarreiro@bol.com.br

Resumo

A História da Educação nos últimos anos vem se constituindo e ganhando novos pesquisadores, o que permite que este tema, que antes permanecia a margem de pesquisas historiográficas sendo considerados objetos de estudo para pedagogos, seja construído por historiadores. Desta forma, e buscando uma discursão do sistema educacional por meio de uma base histórica, partimos para responder alguns questionamentos como: Em um ambiente escolar do interior paraibano quais as métodos de controle dos corpos por volta dos anos setenta? Como podemos observar em eventos escolares como o desfile cívicos signos de disciplinarização? E como essa é percebida por ex-alunos da instituição de ensino aqui estuada? Para tanto, fazemos uso de fotografias da época aliados a depoimento de ex-alunos do Colégio Municipal Padre Galvão da cidade de Pocinhos-PB.

Palavras chaves: Métodos de controle, ambiente escolar, Ditadura.

Introdução

No presente trabalho buscamos discutir acerca da cultura escolar institucionalizada do Colégio Municipal Padre Galvão, localizado no município de Pocinhos no interior paraibano por volta dos anos setenta. Em um contexto de Ditadura

Militar e que o moralismo e controle social por órgãos do governo estava determinantemente presentes, mesmo se tratando de localizadas geograficamente isoladas dos grandes centros de poder. É uma instituição de ensino fundada já durante os chamados anos de chumbo, e que vai se tornar desde o ano de sua fundação, em 1965 referência no ensino ginasial, e a partir de 1972 também no ensino médio, em toda região recebendo alunos advindos de cidades circunvizinhas como Olivedos, Puxinanã, Boa Vista, entre outras. Mas que guarda entre suas peculiaridades figura de um Padre como fundador e gestor por alguns anos da presente instituição, o Padre Galvão. O que nos permite pensar a disciplina escolar carregadas de influências do sistema político vigente na época, mas também da postura exigida pela igreja católica com seu poder religioso soberano, em um município tão pequeno como o de Pocinhos.

Essa disciplinarização, que pode ser observada através de alguns signos presentes e imortalizados através de fotografias da época, que nos permite visualizar e demonstrar aquilo que teorizamos. Para tanto, pensamos o fardamento escolar como métodos disciplinarizador, este que deveria ser apresentados muito bem alinhados e com todos os adereços exigidos. Mas também o desfile cívico que representava um momento de demonstração da imponência do Colégio Municipal Padre Galvão através de sua ordem, onde podemos observar até mesmo a presença de militares na organização dos mesmos, que discutiremos mais a frente. Não deixando de perceber como os métodos de controles eram percebidos por aqueles em condição de inferioridades, que eram o alunado, e ainda destacando que estes nem sempre estavam passíveis a todas as regras, criando estratégias para burla-las.

O fazer historiográfico do historiador da educação

Muito se discute acerca da chamada falência da história do século XX, segundo a qual os métodos utilizados pelos historiadores da escola Metódica estariam ultrapassados. Este que consistia em extrair de documentações de determinadas épocas o máximo de informações possíveis e assim construir uma narração com “veracidade”. A partir de então, surge outra influência que para além da incessante procura de veracidade com uso das fontes escritas, estes que nem sempre registravam o que

realmente aconteceu, mas introduzindo outros personagens¹ para fortalecer a escrita da história e tentar preencher algumas lacunas antes não passíveis de serem preenchidas.

Realizar pesquisas acadêmicas voltadas para a educação, estando no lugar de historiador, pode nos parecer passear pelo campo da pedagogia, esquecendo-se da essência historiográfica da formação do historiador. Entretanto, é cada vez mais crescente o número de pesquisas de historiadores voltadas para o campo da educação. Este fenômeno que pode ser refletido no próprio surgimento de linhas de pesquisas voltada para esta temática. Isto se dá pela necessidade de perceber historigraficamente o caminho percorrido por nossa disciplina, a história, mas também as tramas políticas, religiosas e culturais que se deram no seio de instituições escolares, e que sobrevivem através de documentos institucionais preservados nos arquivos das escolas pesquisadas.

Assim, documentos que são preservados ao longo do tempo fornecem informações valiosas que enriquecem a contribui para a realização de inúmeras pesquisas e, conseqüentemente, a escrita de trabalhos determinantes para a história da educação. Além dos documentos escolares, os quais podemos citar fichas do alunado que preserva toda a conduta do aluno durante a permanência nas instituições pesquisadas, diários de professores que preserva as frequências e notas dos indivíduos que ali estudaram, ou ainda atas de reuniões de professores, entre outros, não poderíamos deixar de citar os chamados documentos públicos preservados em sua grande maioria em Câmara municipais de vereadores ou em prefeituras, e que nos fala acerca de leis ou decretos aprovados por meios destes, em especial da câmara de vereadores, voltados para educação e que são responsáveis por mudar o cenário antes posto de forma impactante ou sutil o seio educacional.

É em meio a esta gama de influência que continuamos pensando o exercício historiador inserido em um contexto histórico de grande valorização da memória, onde os meios tecnológicos favorecem a preservação de uma grande quantidade de informações antes não possível, mas que ao mesmo tempo contribui para a grande perda quando falamos de memória natural, que deixa de ser utilizadas com mais frequência para testemunharmos cada vez mais o aparecimento dos lugares de memória. Estes lugares de memórias, quando pensamos na história da educação, podem dizer respeito aos próprios prédios, que em sua maioria ainda são utilizados para fins educacionais, e com o mesmo ofício de instituição escolar. Desta forma, este exercício de criação de

¹ Quando falo personagem estou me referindo as demais fontes introduzidas com escola dos Annales na escrita da história.

lugares de memória poder ser enxergado na tentativa de fazer dos relatos daqueles que viveram a época, e guardam em suas memórias informações acerca de acontecimentos particulares do ambiente escolar, assim estes “lugares de memórias” passam a ser as produções neste campo de pesquisa.

Assim, a busca em preservar a memória se dá através de pesquisas, mas principalmente da escrita, que aparecem como resultado material das mesmas. Estas que não deixam de encontrar dificuldades quando falamos de épocas mais remotas sobre as quais não mais existem testemunhos oculares ou ainda quando se trata de períodos históricos politicamente tensos, a exemplo do Brasil a chamada Ditadura Militar. Momento histórico de nosso país em que muito dos personagens se recusam ou tem receio de recordar da época vivida, devido a traumas como resultado de ferrenhas perseguições, ou mesmo na tentativa de esconder determinadas condutas que com o passar dos anos e o amadurecimento da mente, hoje representam atitudes vergonhosas para ex-alunos, que apenas eram crianças e adolescentes na época, mas que nos dias de hoje, na condição de pais e avôs, não aceitam que tenha suas infrações escolares publicizadas. Desta forma, após refletir acerca do fazer historiográfico do historiador da educação partimos para perceber o contexto de disciplinarização institucionalizado no Colégio Municipal Padre Galvão por volta dos anos 1970.

Formas de controle dos corpos

Os castigos escolares vêm se tornando cada vez mais um dos principais objetos de estudo no campo da história da educação. Forma de controle dos corpos como a famosa palmatória, aparece nas pesquisas acadêmicas como resultado de análises de fontes históricas como as leis aprovadas com o objetivo de frear aqueles docentes que por um determinado motivo exageraram em seu método punitivos, como podemos nas palavras de Cláudia Engler Cury aos escrever sobre os métodos de ensino e formas de controle sobre o cotidiano escolar na instrução pública na Paraíba nos anos de 1835-1864:

A legislação mostra-se bastante insistente em conter os abusos dos professores em relação aos métodos punitivos como, por exemplo, “não se deixar possuir de cólera”, estabelecer regras para as punições por meio da palmatória, orientando sobre o número de palmatoadas adequadas às diversas idades dos alunos, e restrições á práticas indiscriminada desse método punitivo com finalidade disciplinar, assim também, procura conter e evitar outros castigos corporais. Pelo menos sob a pena dos legisladores, há

preocupação clara em não permitir que os castigos sejam utilizados de forma indiscriminada e sob efeito da ira dos professores. (CURY, 2006, p.32)

Desta forma, podemos perceber que os castigos escolares, e principalmente os seus excessos, estavam sendo discutidos por legisladores devido aos problemas que vinham apresentando por volta do século XIX. Assim, trata-se de um contexto histórico onde a utilização da palmatória na disciplinarização dos alunos ou mesmo a própria presença desta fazia parte do mobiliário escolar. Desta forma, voltemos nossos olhos para época que estamos estudando, época em que a disciplinarização e o controle dos corpos estavam presentes no cotidiano escolar, e porque não falarmos em um momento histórico de militarização educacional.

Como já foi muito citado aqui, trata-se de um momento particular da história brasileira, em que diversas leis foram aprovadas e acabou por modificar todo um cenário social antes estabelecido, e como era de se espera, a educação não esteve ausente das transformações ocorridas na época. Dentre estas, citemos a introdução das disciplinas Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, além da diluição das disciplinas de história e geografia nos chamados Estudos Sociais.

Entre os objetivos da disciplina de Moral e Cívica, podemos observar nas leis aprovadas em agosto de 1971 a formação de “hábitos e atitudes”, que, aliados a outros conteúdos ministrados na escola durante os anos de 1970, como o ensino religioso, os programas de saúde, a educação para o trânsito, educação artística ou mesmo a própria Educação Física, podem ser consideradas de fundamental importância para a manutenção de uma “ordem pretendida”. Sendo a Educação física vista como formadora de corpos belos e saudáveis de acordo com a higienização pretendida através dos conteúdos ministrados na disciplina de Moral e Cívica, sendo justificado como essenciais não somente para a vida discente, mas como sendo uma “formação para toda a vida”.

Para além destes fatos, podemos ainda voltar as nossas atenções para os princípios disciplinares aliados aos esportes, sejam estes coletivos ou individuais, os quais exigem um nível de comprometimento com o fazer de determinadas atividades, seja este por meio da alimentação ou mesmo pela preparação muscular, além do espírito de equipe fortemente cultivado nos esportes em grupo nos quais para cada atleta é delegada uma função. Desta forma, em meio a todos estes princípios disciplinares por qual perpassa a disciplina de Educação Física, pensemos esta em meio a um contexto de

militarização educacional como ferramenta contribuindo-a na formação de discentes mais sadios e disciplinados.

Entretanto, não poderíamos deixar de citar ainda as estratégias de controle dentro o próprio ensino de educação física, que não se trata de uma realidade educacional da instituição aqui estudada, mas de uma exigência nacional do Ministério da Educação, que era a separação dos alunos entre os sexos (masculino/feminino) durante os exercícios físicos realizados nas escolas, além da exigência para os professores, que deveria ser **um** docente para os meninos e **uma** docente para o trabalho com as meninas. Estes são alguns elementos disciplinares que podem ser percebidos no ensino de determinadas disciplinas escolares oferecidas na década de 1970, ou ainda tal como se apresentava o fardamento escolar daquela época.

O fardamento escolar no Colégio Municipal Padre Galvão, assim como as demais escolas públicas da época, seguia uma padronização da vestimenta escolar que perpassava por uma fiscalização diária dos inspetores educacionais, que exigia do aluno o cumprimento de todas as exigências para o fardamento que ia desde a camisa, muito bem passada, até a coloração da meia que deveria estar de acordo com as regras da escola. Estas foram normas que rederam a alguns alunos castigos disciplinares como a proibição de assistir as aulas, ou ainda as temidas suspensões.

No Colégio Municipal Padre Galvão os alunos dispunham de dois fardamentos. O primeiro era direcionado a ida à escola nos dias letivos comuns: para as meninas camisa na cor caqui, saia preta na altura do joelho, meia branca e sapato preto; e para os menino camisas e calças caqui, sapato preto e meia preta, como podemos observar na imagem abaixo que retrata sete mulheres, sendo cinco alunas com o seu fardamento diário e, o que nos parecer ser duas professoras, que as acompanha, embora uma delas apresente igual vestimenta daquela apresentada pelas alunas.



(Arquivo pessoal de Adriana Souto)

Além do uniforme de uso diário acima mostrado, existia o chamado uniforme de gala, ou seja, aquele fardamento que somente deveria ser usado em eventos de importância para a escola como o desfile cívico do Sete de Setembro. Este que apresenta uma maior formalidade possuindo suas camisas mangas compridas, além da postura e sincronia que deveria ser apresentadas à população em seus eventos sociais.

Percebemos esta exigência do fardamento escolar como mais uma das diversas formas de controle dos corpos dos discentes, que eram colocados como homogêneo ao serem obrigados a fazer uso não só das vestimentas, mas até mesmo dos calçados e acessório, deixando suas personalidade para fazer parte de um corpo maior que era a instituição Padre Galvão.

Para além do fardamento diário que deveria ser seriamente respeitado, vamos ter o fardamento destinado a eventos fora dos muros da escola, mas que tinha entre os seus principais objetivos apresentar uma aparência não só de disciplina e ordem, mas de elegância e imponência. Este era utilizado em eventos como o desfile cívico do Sete de Setembro, como podemos observar na imagem abaixo. Trata-se de uma vestimenta com um corte mais formal, com mangas compridas e saias muito bem passadas, que, segundo alguns relatos de ex-alunas da época, deveriam serem guardadas embaixo dos colchões para manter com perfeição suas pinças e viva a cor.



(Arquivo pessoal de Adriana Souto)

Desta forma, podemos afirmar que o fardamento escolar apresenta-se como uma estratégia de disciplinarização, não só no seio do ambiente escolar, mas que é utilizado também para demonstrar a imponência e ordem da instituição Colégio Municipal Padre Galvão em meio a um contexto social de nacionalismo, de censura, de grandes perseguições políticas.

O desfile cívico e a disciplinarização/militarização

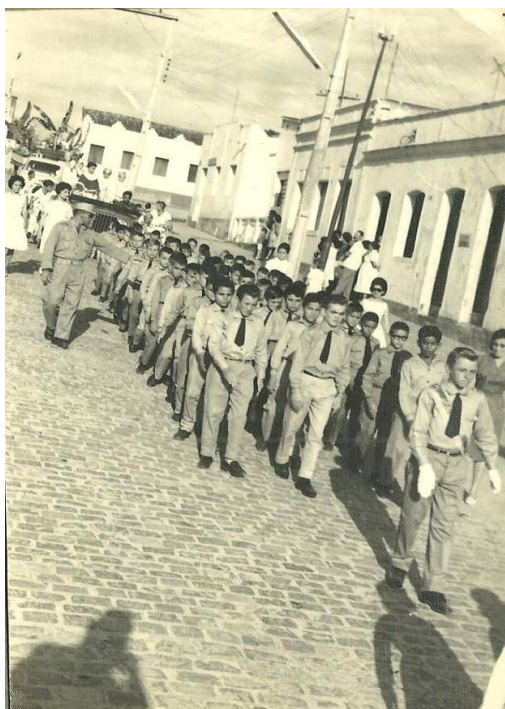
Como estamos discutindo durante todo esse trabalho, os anos de 1970 se apresentam como um contexto histórico de grande disciplinarização social e, conseqüentemente, de um ambiente escolar rígido que cultua a ordem e os bons costumes. Desta forma, eventos que estavam voltados à exposição na sociedade, como o desfile cívico de Sete de Setembro, carregava em sua realização uma grande preocupação em demonstrar a disciplina tão buscada na escola. Não só por meio das roupas utilizadas pelos discentes, mas principalmente pela postura exercida durante os desfiles nas ruas da cidade de Pocinhos, e para que nada estivesse fora do que havia sido planejado, aos alunos eram impostos vários ensaios antes da data comemorativa, que deveria exigir a obrigatoriedade da participação de todos os discentes da instituição aqui estudada, como podemos observar nas palavras de Araújo (2014).

Para os alunos do Ginásio Municipal Padre Galvão marchar era uma atividade obrigatória como nos relatou à senhora Maria de Lourdes “você era obrigado a marchar senão era suspenso a não ser que fosse uma doença que você desse atestado médico”. Mesmo com esta imposição, os alunos desfilavam e esperavam ansiosamente por este momento, que vinham ensaiando fazia meses, existia toda uma preparação por parte das meninas com as suas fardas e com o visual, para os meninos o momento de mostrar o resultado dos ensaios da banda para a comunidade. (ARAÚJO, 2014, p.42)

Para além da obrigatoriedade de está presente nas homenagens à pátria, podemos frisar ainda a presença de alguns personagens de grande importância na manutenção da disciplina ao longo dos desfiles cívicos. Não poderíamos deixar de enfatizar a marcante presença do próprio fundador da instituição, Padre Galvão, que foi registrado nas fotografias destes eventos na época estudada, fiscalizando o andamento dos pelotões cívicos. Porém, além do padre, outras figuras poderiam ser apontadas como vigilantes da ordem, e estas eram estranhas ao ambiente escolar, mas também faziam parte da organização dos desfiles: os militares.

A imagem abaixo registra o pelotão masculino com o fardamento de gala do Colégio Municipal Padre, muito bem alinhados, mesmo se tratando em sua maioria de crianças. Ainda há a presença de um militar que coordena a marcha dos alunos e parece repreender algum dos discentes por ter cometido algum movimento fora do que havia sido previamente ensaiado. O militar que aparece com farda na mesma coloração dos estudantes, algo que poderia nos render uma discussão em outro trabalho, se apresenta com uma figura de controle e agente mantedor da ordem escolar em um evento de grande importância para o município² que se voltava há assistir às homenagens a pátria em meio a um contexto histórico de grande nacionalismo.

² Mais informações acerca dos desfiles cívicos do Colégio Municipal Padre Galvão pode ser vistas no trabalho de conclusão de curso de Priscila de Lucena Araújo, historiadora do município.



(Arquivo pessoal de Adriana Souto)

Além do fardamento escolar, outras formas de controle eram utilizadas no Colégio Municipal Padre Galvão, o que contribuía para a manutenção da disciplina, a exemplo das fiscalizações da higiene do corpo discente. No próprio planejamento curricular da disciplina Educação Moral e Cívica, temas como a saúde estava entre um dos principais conteúdos a serem ministrados e, para além da formação em sala de aula, os alunos passavam, segundo o relato de nosso entrevistados, por uma fiscalização em praça pública, durante a realização das feiras municipais, com o objetivo da instituição escolar se certificar se as normas de higiene estavam sendo cumpridas.

Há mim recorde bem, tinha unas professoras muito boas naquele tempo, diferente de hoje, assim é porque hoje é o seguinte, porque as classes hoje em dia encheram muito de aluno né, naquele tempo cada classe tinha vinte e cinco no máximo trinta alunos, hoje tem cinquenta, sessenta né...Tinha, tinha ficar de joelho lá no canto da parede lá na frente, tinha nos sábados, a feira aqui era nos sábado, **a professora ia olhar as unhas da gente se tava cortadas se estavam sujas, nessa época havia isso.** (Entrevista concedida em 09/ 02/2017)

Assim, podemos afirmar que a higiene mantida por meio de severas fiscalizações, pode ser considerada como mais uma das formas de controles, estas que

delegavam a instituição escolar aqui estudada, referência não só por meio de seu ensino, mas também através de suas ritualizações.

Considerações Finais

Assim, podemos concluir entre outras coisas que os métodos de controle institucionalizados na cultura escolar do Colégio Municipal padre Galvão perpassava desde o fardamento, suspensões, até os famosos desfiles cívicos do sete de setembro. E que mesmo existindo estas regras de disciplinarização, haviam também os atos indisciplinados cometidos pelo alunado na presente instituição de ensino, que vamos chamar aqui de infrações educacionais, que ia contra as regras estabelecidas, sendo passíveis de punições, mas também que estes métodos de controle são resultados de um contexto histórico específico que foi a Ditadura Militar, tão traumática para a história nacional.

Referências

BARROS, Samuel Rocha. Estrutura e Funcionamento do Ensino de II Grau. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1975.

CURY, Cláudia Engler. Métodos de Ensino de Formas de Controle Sobre o Cotidiano Escolar na Instrução Pública da Parahyba do Norte (1835-1864). IN: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (Org.). Pesquisa e historiografia da educação brasileira. São Paulo: By editora autores associados LTDA, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio século XXI escolar: O minidicionário de língua portuguesa/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição, Margarida dos Anjos...(et al.).4 ed. rev. Ampliada. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado : as artes de Clio em tempos de memória. IN: ABREU, Martha (et all). Cultura política e leituras do passado historiografias e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Monografias

Araújo, Priscila Lucena. Ó Meu colégio és ninho sagrado: Um Estudo Sobre A Implantação do Ginásio Municipal Padre Galvão na Cidade de Pocinhos- PB (1965-1972). 2014. 63p. Monografia. (Unidade Acadêmica de História) Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil.

Entrevistas

Luismar da Silva Rocha, 58 anos, autônomo.

Linaldo Santos Herminio, 59 anos, empresário.